

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

REQUERIMENTO N º DE 2003.

(Da Senhora Vanessa Grazziotin)

Solicita que sejam convidados o diretor do PNF do Ministério do Meio Ambiente, técnicos da temática, ambientalistas e ONG's, para debaterem sobre o Programa Nacional de Florestas e o Projeto de Lei Nº 7492/02, que trata das Concessão de Áreas Públicas da Amazônia para manejo sustentável.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 24, inciso XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero desta Comissão, que sejam convidados o diretor do PNF do Ministério do Meio Ambiente, técnicos na temática, ONG's, para debaterem sobre o Programa Nacional de Florestas e o Projeto de Lei Nº 7492/0, conforme especificado abaixo:

- Diretor do Plano Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente
-- MMA – Dr. CARLOS VICENTE
- Representante do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- IMAZON
- Doutor BAUTISTA VIDAL – Professor da Universidade de Brasília - UNB
- Sr. CARLOS CHAGAS – Jornalista da CNT
- Professor AZIZ AB-SABER – Membro do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - USP
- General LUIZ GONZAGA SCHROEDER LESSA – Ex - Comandante da Amazônia

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal criou um programa através do qual concede áreas públicas da Amazônia até o ano 2010, para exploração por empresas privadas e comunidades para manejo sustentável. Em dezembro de 2002 o governo de Fernando Henrique Cardoso enviou para a Câmara Federal o Projeto de Lei Nº 7492/2002 que propõe a concessão de terras públicas (Reservas Federais, Estaduais e Municipais) por até 60 anos, prorrogáveis pelo mesmo período às empresas e entidades não governamentais

As informações sobre o programa foram dadas pelo representante do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Rezende de Azevedo, Diretor-Adjunto do Programa Nacional de Florestas - PNF, durante reuniões sobre manejo das florestas em Genebra, na Suíça. Segundo ele as florestas devem ser vistas como parte do desenvolvimento econômico e social do País, gerando emprego e desenvolvimento para a região de forma sustentável.

Entretanto os objetivos do PNF tem gerado discordância entre técnicos na temática, ambientalistas e dirigentes de ONG's preocupados com esse tipo de ação imediatista. Criando com o novo governo expectativas sobre o delineamento das políticas de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, o que deve ser amplamente debatido.

Para que o Poder Legislativo possa conhecer e debater o Programa de concessões de terras e o Projeto de Lei Nº 7492/02, é que solicito que sejam convidados o diretor do PNF do Ministério do Meio Ambiente, técnicos na temática, ambientalistas e ONG's.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2003

Deputada Vanessa Grazziotin

PCdoB/AM